

Ata da 39ª Reunião do Conselho Municipal de Política Cultural

Aos 28 dias de maio de 2019, às 17h, no Espaço Cultural da Barroquinha, equipamento administrado pela Fundação Gregório de Mattos (FGM), realizou-se a trigésima nona reunião do Conselho Municipal de Política Cultural (CMPC), cuja pauta continha os seguintes itens: 1) Informes; 1.1) Finalização das inscrições no edital Arte Todo Dia - Ano V; 1.2) Final das inscrições do edital Gregórios até o dia 31 de maio; 1.3) Realização dos encontros de elaboração do Plano de Salvaguarda do Samba Junino; 1.4) Nova nomeação de Conselheiros Municipais de Política Cultural; 2) Pauta; 2.1) Apresentação das análises sobre a Consulta Pública para o Plano Municipal de Cultura; 2.2) Votação para escolha dos novos representantes na CAPC do edital Viva Cultura que devem ser nomeados em julho; 2.3) Votação para escolha do representante do CMPC na comissão de seleção do concurso de fachadas do Dois de Julho; 2.4) Posicionamento da Comissão de Ética sobre os faltosos às reuniões ordinárias e 3) O que ocorrer. Os Conselheiros Titulares presentes foram Angelice Batista dos Santos (Patrimônio Material e Imaterial); Eliaide Matos Cardoso (Cabula/Tancredo Neves); Elias Pereira dos Santos (Culturas Identitárias e Inclusivas); Etenoel Santos da Cruz (Cultura Popular); Evandro Ramos dos Santos (Cidade Baixa); Isabela Fernanda Azevedo Silveira (Teatro); Jadson Santos do Nascimento (Cajazeiras); José Carlos Assunção Novaes (Literatura); Leonardo França de Jesus (Itapuã/Ipitanga); Leonardo Vicente Pereira (SEFAZ); Marcos Luís Silva Argolo (Música); Paulo Hermida Gonzalez (Casa Civil); Salete Batista Araújo Silva (Centro/Brotas) e Washington Luiz Lopes (Barra/Pituba). Os Conselheiros Suplentes que compareceram foram Ivam da Silva Almeida (Subúrbio/Ilhas); Uelinton Correia do Nascimento (Pau da Lima); Rita de Cássia Sales dos Santos (SMED) e Eliana Silva Pedroso (SECULT) na condição de titulares e Cristina Maria Alves de Jesus (Itapuã/Ipitanga). O Presidente Etenoel Cruz iniciou a reunião e observou que ainda não havia Conselheiros suficientes para deliberar, mas poderiam começar com os informes e seguir a reunião. Plutarco Drummond, Assessor Técnico da Fundação Gregório de Mattos (FGM), informou que a prorrogação das inscrições do edital Arte Todo Dia – Ano V encerrou-se na sexta-feira anterior à reunião, sendo que foram realizadas 387 inscrições e o processo da habilitação seria iniciado no dia seguinte à reunião, que consistia na verificação da questão documental no processo de inscrição. Declarou que solicitou à equipe de tecnologia da FGM que levantasse as estatísticas de inscrições por território para saber como foi a participação nos territórios, já que o edital tem o recorte territorial, tão importante, discutido e reivindicado pelo Conselho e já dialogando com as discussões feitas com relação ao Plano Municipal de Cultura (PMC). Declarou saber que havia inscrições de todos os territórios, mas ainda não tinham os indicadores do índice de participação de cada um. Comprometeu-se a passar informações aos Conselheiros assim que tivesse as estatísticas para que pudessem acompanhar o processo, pois era importante saber. Explicou que o processo de habilitação seria feito no prazo de dez dias úteis, em seguida começava a avaliação das propostas classificadas na habilitação, que contaria com o acompanhamento e fiscalização do Conselheiro Ivam Almeida. Em seguida, Plutarco Drummond informou que estavam nos últimos dias de inscrições do edital Gregórios, que durariam até o

dia 31 de maio. Argumentou que o edital Gregórios era voltado a projetos mais arrojados e mais estruturantes, assunto que já havia sido muito falado nas reuniões, e informou que o andamento das inscrições, como sempre, às vésperas de finalizar estava muito baixo, com pouca incidência. Afirmou saber que no penúltimo e último dias a situação “vira”, sendo que setenta, oitenta por cento das inscrições ocorrem nos últimos momentos de inscrição. O Gerente de Patrimônio Cultural da FGM, Edwin Neves, informou que estava responsável pela elaboração do Plano de Salvaguarda do Samba Junino e explicou que a presença dele na reunião era para informar que no dia 8 de junho seria realizado o 3º Encontro para Elaboração do Plano de Salvaguarda do Samba Junino. Mencionou que o primeiro encontro foi mais uma apresentação do que é patrimônio cultural, do que foi o registro de salvaguarda do Samba Junino e todo processo de metodologia dos encontros. O segundo encontro teve o objetivo de apresentar a primeira ferramenta de cadastro dos grupos de Samba Junino, ouvir dos participantes contribuições para o formulário do cadastro que eles irão preencher online e saber deles se o cadastro estava a contento de todos, foram feitas algumas considerações. Edwin Neves informou que no terceiro encontro seria feita uma devolutiva do que seria alterado ou não no cadastro. Além disso, foi aberto o processo para que os participantes falassem em uma estratégia chamada “tempestade de ideias”, na qual deveriam falar sobre todas as dificuldades que o Samba Junino enfrenta para a sua realização. Explicou que a partir disso no terceiro encontro dividiria por meio de eixos grupos de trabalho para dialogar sobre as dificuldades que eles colocaram no segundo encontro, mas infelizmente não conseguiram concluir a etapa por isso continuariam a discussão no terceiro encontro para que a partir do quarto já formem os grupos de trabalho a partir de eixos baseados nas devolutivas sobre as dificuldades apontadas por todos os envolvidos. O Gerente de Patrimônio Cultural da FGM disse que gostaria que os representantes do CMPC que estavam na reunião e de alguma forma têm representatividade e fazem parte do movimento Samba Junino se fizessem presentes nos encontros. Informou que já tinha um calendário até novembro, sendo que os encontros estavam sendo realizados sempre uma vez ao mês, aos sábados pela manhã, das 9 às 12h, na Casa do Benin (1º encontro: 27 de abril; 2º encontro: 18 de maio; 3º encontro: 8 de junho; 4º encontro: 27 de julho; 5º encontro: 17 de agosto; 6º encontro: 21 de setembro; 7º encontro: 26 de outubro). Informou que, como as discussões do segundo encontro foram estendidas para o terceiro, seria necessário realizar o oitavo encontro no mês de novembro, que seria o último para construir o plano concreto com tudo o que foi produzido ao longo do ano. Agradeceu a oportunidade e convidou a todos a participarem do processo, que é importantíssimo. O Presidente destacou que esse processo de construção de salvaguarda envolve os grupos que não são formados apenas pelos líderes, mas por todo contexto geral para estar no grupo porque o Samba Junino não envolve só os músicos, mas também as pessoas que fazem os adereços, as costureiras, os cenógrafos, de certa forma envolve toda comunidade, portanto seria bacana se as pessoas que têm inserção nesse segmento convidassem aquelas que têm esse fazer cultural a participar dos encontros porque acabam estimulando o surgimento de novos grupos, pois não adiantava ficar só os grupos existentes, mas os Conselheiros deveriam incentivar que esse segmento consiga crescer dentro da cidade. Declarou que já estava articulando com pessoas do Subúrbio que já trabalharam com o Samba Junino e que hoje não trabalham mais, que vá aos encontros.

Disse que já conversou com um grupo da Liberdade, que é de um menino que toca cavaquinho na banda Saiddy Bamba, cuja mãe movimentava toda a comunidade. o Presidente disse que estava convencendo ele e a sua irmã para participar das reuniões para que o movimento possa voltar para a Liberdade e crescer cada vez mais. Pediu a quem tivesse inserção no seu território e conhecesse pessoas do segmento que as convidassem para participar do evento que seria realizado em um sábado, quando todo mundo está mais tranquilo em relação à atividade profissional. Disse que sabia que era servido um coffee-break bacana e reforçou o pedido de estimularem as pessoas a comparecerem porque era importante. Mencionou um edital lançado pela Secretaria de Cultura do Estado da Bahia relacionado ao Samba Junino e lembrou que a manifestação já é patrimônio imaterial, é uma atividade que envolve a participação da sociedade. Pediu a todos que chamassem os grupos locais de samba, que às vezes estão próximos desse segmento, mas não sabem que estão, que participem dos encontros e conheçam. Ressaltou que poderia ser que neste ano não fossem contemplados, mas no próximo poderiam participar e fortalecer mais. Edwin Neves observou que sentiu falta das mulheres nos encontros que estavam acontecendo e destacou que boa parte do público era composta de homens, mas ele sabia o quanto as mulheres participam desse processo, como as dançarinas, as que fazem os adereços, as que são rainhas. O Presidente assinalou que o Conselheiro Marcos Argolo conhece isso como ninguém, pois conhece a história disso e salientou que as mulheres não são apenas as dançarinas, mas há muitas mulheres musicistas. Lembrou que na época quando era criança existiu um grupo de mulheres que saía tocando e cantando na região da Liberdade. Edwin Neves mencionou ainda a comunidade LGBTQI+ que está presente nos grupos de Samba Junino e precisa estar nos encontros representando. Reforçou que o encontro seguinte seria realizado no dia 8 de junho, das 9 às 12h, na Casa do Benin. Em seguida, a Assessora Estratégica de Gestão da FGM, Viviane Ramos, informou que estava recolhendo os nomes dos novos Conselheiros que vão entrar no CMPC e esperando a deliberação da Comissão de Ética em relação à aplicação ou não de sanção aos faltosos para poder fazer a nova nomeação. Citou os Conselheiros Ivam Almeida, que precisa ser nomeado como titular do território Subúrbio/Ilhas, a nova Conselheira Suplente do Secretário de Cultura Cláudio Tinoco, que já estava naquele dia no Conselho, Eliana Pedroso, além da necessidade de nomear novo Conselheiro Suplente do território de Cajazeiras, ver se tinha segundo suplente. Esclareceu que estava dando aquele retorno porque havia Conselheiros, como Ivam Almeida, que já tinha tempo que era um Conselheiro atuante e ainda não havia sido nomeado titular, mas já exercia o papel, e Eliana Pedroso, que foi pela primeira vez, por isso achou importante dar o retorno para o pleno. Paulo Hermida perguntou sobre o processo eleitoral para o próximo Conselho e lembrou o que haviam falado na última sessão para evitar uma interrupção como tiveram na primeira vez. O Presidente informou que haviam se reunido da terça-feira anterior à reunião os Conselheiros Ivam Almeida, Marcos Argolo, Cristina Alves, Jadson Nascimento e o técnico da FGM, Pluarco Drummond, e leram o Regimento Interno, sendo que encontraram algumas dúvidas porque o documento deixa claro que quem faz parte da Comissão Eleitoral não pode sair candidato. Plutarco Drummond explicou que o Regimento Interno é omissivo com relação a isso, mas que eles sabiam que, por causa de uma questão ética, quem participa, acompanha, organiza, fiscaliza, apura um processo eleitoral, não é

razoável que esteja fazendo parte da Comissão Eleitoral e seja candidato em um pleito onde ele é organizador, normatiza, regulamenta, apura, acompanha e fiscaliza. Manifestou sua opinião de que isso gera fragilidade para o processo, que fica sujeito a ser impugnado por essa razão. Informou que a Comissão Eleitoral havia solicitado um parecer formal da Assessoria Jurídica da FGM sobre o assunto, sendo que ele conversou com a Assessora Jurídica, que concordou com ele. Mencionou ainda que o Regimento Interno diz que o Conselheiro tem direito a uma recondução, mas não se refere a Conselheiros Suplentes ou Titulares. Argumentou que no entendimento dele o Conselheiro Suplente estava enquadrado no texto porque ele foi eleito e nomeado, portanto estava dentro da regra da recondução, não poderia ser reconduzido a novo período de gestão se ele exerceu o papel de Conselheiro sem designar se é suplente ou titular. Ressaltou que essas duas questões precisavam ser tecnicamente orientadas para que pudessem tomar uma decisão em relação a isso. O Presidente lembrou que ainda não poderiam deliberar sobre a pauta porque ainda não tinham quórum suficiente e esclareceu que essa questão da candidatura dos componentes da Comissão Eleitoral não havia entrado na pauta porque ainda não tinham o parecer jurídico sobre o assunto. Declarou que havia surgido dúvidas e eles compararam com o regimento de outro conselho para ver se já existia alguma brecha nisso. Disse que tiveram outra dúvida, que foi se o próximo Conselho tiver uma composição toda renovada de representantes da Sociedade Civil, quem vai conduzir as eleições, visto que não ficaria nenhum Conselheiro para compor a Comissão Eleitoral. Paulo Hermida disse que em relação à primeira dúvida, do ponto de vista ideal, os Conselheiros não deveriam ter a capacidade de comandar o processo eleitoral de renovação do Conselho porque em tese haveria um conflito de interesse porque são parte interessada, mas perguntou se os Conselheiros não fizerem parte da Comissão Eleitoral, quem a formará. Observou que era uma questão prática complicada. Sugeriu que as decisões referentes ao processo eleitoral fossem submetidas ao conjunto do Conselho, dando limites à atuação da Comissão Eleitoral. Discordou de Plutarco Drummond e disse que Conselheiros são os titulares e declarou que suplente é suplente, ele não assumiu e reforçou que Conselheiros são os titulares. O Presidente comparou com os Vereadores, pois os titulares assumem o mandato e o suplente não. Paulo Hermida concordou com o Presidente e disse que os Conselheiros são os titulares. Plutarco Drummond rebateu dizendo que os suplentes assumem a função de titulares todas as vezes que estes faltam, tomam posse e são nomeados, então eles estão cumprindo mandato. O Presidente disse que a questão deveria ser discutida com a Assessoria Jurídica da FGM e pediu que passassem para a pauta porque aquele informe não fazia parte da pauta da reunião e ficariam em um impasse. Lembrou que não poderiam deliberar, mas poderiam seguir com a pauta porque seria feita uma apresentação. Em seguida, a consultora Kátia Costa disse que era um prazer estar novamente na reunião para dar continuidade ao processo de elaboração do Plano Municipal de Cultura e informou que se encontravam naquele momento pelo menos na última fase de participação da consultoria que foi o trabalho de sistematização das contribuições da consulta pública que ocorreu entre 1 e 30 de abril, sendo que naquele dia ela apresentaria um pouco como se deu a participação, alguns dados, a metodologia utilizada para a sistematização das informações e algumas considerações acerca das contribuições que foram feitas, como os aspectos, as contribuições que apareceram, de que modo, quais fo-

ram as preocupações, as sugestões, como se deu de fato para cada grupo temático sugerido para o trabalho. Utilizou apresentação de slides que tratou dos seguintes pontos: 1. Análise quantitativa das contribuições; 2. Metodologia aplicada na sistematização; 3. Grupos temáticos conforme diretrizes do PMC; 4. Características das contribuições realizadas. Pela Análise quantitativa das contribuições a consultora mostrou que no período anterior ao mês de abril o PMC recebeu 11 contribuições por meio da consulta pública voltada aos Conselheiros; entre 1 e 25 de abril foram feitas 76 contribuições; entre 26 e 30 de abril foram registradas 493 contribuições e nos dias 1 e 2 de maio (após o prazo oficial) foram inseridas 6 contribuições, totalizando 586 contribuições. Kátia Costa atribuiu o aumento de contribuições na terceira semana ao trabalho de divulgação que foi feito anteriormente desde o dia 15 de março, à atuação dos monitores que ficaram nas Prefeituras-Bairros e também participações da consultoria e de agentes da Prefeitura, através da FGM, e de alguns Conselheiros em alguns eventos na cidade, na academia, com grupos de artistas e outras instâncias. Mencionou o total de 586 contribuições e disse que se fossem pensar isso em uma cidade como Salvador é pouco, mas se pensassem como um processo de participação online era significativo. Depois, a consultora apresentou uma tabela que mostrou a quantidade de contribuições por participante, sendo que 152 participantes fizeram até 4 contribuições; 22 participantes fizeram entre 5 e 9 contribuições e 4 participantes fizeram 10 ou mais contribuições. O total de participantes foi de 178 pessoas. Dando continuidade, Kátia Costa mostrou o quantitativo de contribuições por território, sendo que houve 196 contribuições de Barra/Pituba; 102 contribuições de Centro/Brotas; 62 contribuições de Itapuã/Ipitanga; 52 contribuições de Liberdade/São Caetano; 50 contribuições de Cabula Tancredo Neves; 32 contribuições de Pau da Lima; 27 contribuições da Cidade Baixa; 20 contribuições de Cajazeiras; 19 contribuições de Subúrbio/Ilhas; 6 contribuições de Valéria, além disso houve 20 contribuições sem indicação de bairro. A consultora destacou que os territórios de Barra/Pituba e Centro/Brotas apresentaram 50,9% das contribuições e comentou que isso revela o que já havia sido apontado no Diagnóstico de Desenvolvimento Cultural de Salvador, sendo que os dois territórios têm maior participação, inclusive nos projetos da FGM. Considerou que houve participação expressiva dos territórios da cidade, com exceção de Valéria. Em seguida, foi apresentada a relação entre a quantidade de contribuições e os tópicos do PMC. Foram feitas 38 contribuições no tópico chamado Geral, relacionado à Caracterização do Município, o Quadro Sumário, que apresenta fragilidades e potencialidades da Cultura, e o quadro de Diretrizes, Objetivos e Metas. No tópico Geral, foram feitas 38 contribuições, em Diretrizes foram feitas 21 contribuições, em Objetivos também foram feitas 21 contribuições e em Metas e Ações foram feitas 506 contribuições. Em relação às Diretrizes do PMC, houve 1 contribuição à Diretriz 1; 4 contribuições à Diretriz 2; 3 contribuições à Diretriz 3; 1 contribuição à Diretriz 4; nenhuma contribuição à Diretriz 5; 2 contribuições à Diretriz 6; 5 contribuições à Diretriz 7; 1 contribuição à Diretriz 8; 2 contribuições à Diretriz 9; 2 contribuições à Diretriz 10. Já os Objetivos foram contemplados da seguinte forma: 4 contribuições para o Objetivo 1; 2 contribuições para o Objetivo 2; nenhuma contribuição para o Objetivo 3; 3 contribuições para o Objetivo 4; 5 contribuições para o Objetivo 5; 1 contribuição para o Objetivo 6; 3 contribuições para o Objetivo 7; 1 contribuição para o Objetivo 8; nenhuma contribuição para os Objetivos 9 e 10; 3 contribuições para o Objetivo

11; 1 contribuição para o Objetivo 12 e nenhuma contribuição para o Objetivo 13. As Metas tiveram o seguinte quantitativo: Meta 8 (49); Meta 20 (41); Meta 4 (40); Meta 6 (29); Meta 23 (27); Meta 9 (24); Meta 14 (23); Meta 13 (22); Meta 15 (21); Meta 3 (19); Meta 5 (19); Meta 10 (17); Meta 12 (17); Meta 11 (15); Meta 18 (15); Meta 24 (15); Meta 27 (15); Meta 2 (14); Meta 19 (14); Meta 25 (13); Meta 16 (12); Meta 1 (11); Meta 7 (7); Meta 26 (7); Meta 17 (5); Meta 21 (5); Meta 22 (5); Meta 28 (4); Meta 29 (1). Em relação à metodologia utilizada, Kátia Costa explicou que foi muito parecida com a que utilizou para sistematizar as informações da consulta ao Conselho. Disse que primeiro foi feita uma leitura muito atenta de cada contribuição, muitas vezes exigindo várias leituras porque nem sempre os textos foram muito objetivos e claros, então ela teve que ter o cuidado de não fazer interpretações próprias sobre aquilo que o participante estava querendo expressar. Depois foi feita uma avaliação que tomou como base o próprio documento do PMC, documentos municipais, como a legislação municipal, o planejamento estratégico da Prefeitura, documentos nacionais e internacionais de recomendação, como documentos da Unesco, Agenda 21 da Cultura e a documentação ainda vigente do Ministério da Cultura, que orienta a formulação dos planos. Em seguida, foram feitos Apontamentos referentes a cada tipo de contribuição, sendo que em algumas delas as pessoas questionaram e sugeriram novas ações ou complementações. A consultora explicou que houve questionamentos quanto ao período e ao percentual das metas e discorreu que isso era muito tranquilo porque o Plano foi feito junto com a FGM com base nos dados que a própria Prefeitura tem. Nas sugestões de novas ações e ajustes, a consultoria fez encaminhamento para a avaliação da FGM. Destacou que algo chamou atenção na consulta porque, mesmo as pessoas fazendo críticas a alguns aspectos do Plano ou discutindo metas e ações, elas foram muito propositivas e disse que sua percepção no geral era que o Plano foi muito bem aceito porque alguns participantes parabenizaram, registraram a importância de determinadas metas e das ações e alguns ainda se atentaram e escreveram como achavam que cada ação poderia ser desenvolvida e implementada. Informou que a consultoria recomendou que a FGM considerasse algumas coisas pertinentes no momento da implantação da meta e da ação e as que não foram pertinentes não foram recomendadas pela consultoria. A consultora informou ainda que algumas sugestões repetiam exatamente o que já estava no Plano e foram feitos esclarecimentos sobre isso, apresentando questões relativas ao processo de normas e documentos. Citou ainda que houve setores que certamente formaram grupos, pois várias pessoas fizeram as mesmas contribuições, a exemplo de Fotografia, que apresentou contribuições extremamente significativas para o Plano, mas várias pessoas fizeram as mesmas contribuições, a exemplo da implantação de um centro de referência da fotografia de Salvador. Considerou esse aspecto bom porque a consultoria entende que as pessoas estão querendo contribuir e fortalecer aquela ação que ela acha que é importante para o setor. Explicou que o que iria acontecer em seguida era uma avaliação do ponto de vista orçamentário e de gestão para ver a viabilidade ou não dessa ação. Informou que naquele momento estava em processo de elaboração do relatório, sendo que o trabalho de sistematização foi feito paralelamente ao processo de consulta junto com a FGM. As remessas da FGM para a consultoria ocorreram em 8, 15, 24, 26 de abril e 2 e 7 de maio e as devoluções da consultoria à FGM foram feitas nos dias 15 de abril, 9, 15, 21 e 23 de maio. Informou que naquele dia e no dia anterior reuniu-

se com a Comissão de Articulação para a Elaboração do PMC para apresentar as principais contribuições realizadas na consulta pública porque foram 586 contribuições e algumas delas exigiram um grande esforço para a consultoria poder responder. Disse que era um material grande, mas tinham que de alguma forma apresentar isso de forma mais sucinta e a opção que a consultoria adotou foi guiar-se pelas diretrizes do Plano e criar os grupos temáticos. O primeiro grupo temático dizia respeito à **Institucionalidade e o Sistema Municipal de Cultura**, que recebeu 44 contribuições voltadas às seguintes metas: 1) Órgão de Cultura ampliado com reestruturação regimental até 2024; 2) Sistema Municipal de Informações e Indicadores Culturais (SMIIC) em pleno funcionamento até 2022 e 5) Sistema Municipal de Financiamento à Cultura (SMFC) implantado com seus mecanismos em funcionamento até 2024. Kátia Costa disse que caberia ainda dentro da Institucionalidade as 2 metas de Comunicação e Participação, no entanto esse item foi considerado uma diretriz. O segundo grupo apresentado foi **Diversidade Cultural** que, segundo a consultora, é bastante extenso e recebeu 118 contribuições, sendo que foram classificadas 6 metas: 9) No mínimo, 30 (trinta) projetos financiados anualmente voltados para a diversidade cultural, sendo pelo menos 2 (dois) projetos de culturas populares, identitárias e tradicionais em cada território com início em 2020; 10) 100% (cem por cento) das comunidades quilombolas reconhecidas localizados em Salvador sendo beneficiadas com ações anuais de promoção cultural, com início em 2020; 11) 20 (vinte) projetos anuais voltados para as culturas negras e identitárias apoiados através de mecanismos de fomento a partir de 2020; 12) Projetos realizados pela Prefeitura de Salvador voltados para a capoeira ampliados em 50% até 2024 e mantidos regularmente; 13) 50% dos Terreiros de Candomblé tombados, localizados em Salvador, com ações de proteção e promoção com início em 2021 e 14) 5 (cinco) projetos para a cultura da infância e 5 (cinco) projetos para a juventude realizados anualmente com circulação por todos os territórios a partir de 2019. O terceiro grupo temático foi **Espaços e Equipamentos Culturais e Desconcentração**, que recebeu 67 contribuições nas as metas: 15) Pelo menos 02 (dois) espaços públicos administrados pela Prefeitura de Salvador em cada território, estruturados e com dinamização artística e cultural implantada em 2023 e mantida regularmente; 16) Todos os territórios com, ao menos, 2 (dois) espaços privados com projeto de dinamização artística e cultural a partir de 2023; 17) 100% (cem por cento) dos equipamentos culturais municipais com política de dinamização artístico-cultural implantada a partir de 2019; 18) 8 (oito) equipamentos culturais municipais construídos com requisitos de acessibilidade e destinados a atividades de museu, exposições e arquivo público, em funcionamento em 2029, sendo 3 (três) até 2020; 19) 100% (cem por cento) dos equipamentos culturais municipais com acessibilidade cultural em todas as dimensões e em pleno funcionamento até 2027, sendo 40% (quarenta por cento) até 2024. O quarto grupo temático apresentado foi **Fomento e Financiamento**, sendo que a consultora sinalizou que é um grupo bem grande e recebeu 126 contribuições, com questionamentos e sugestões bastante interessantes que dizem respeito às metas: 6) Aumento em 50% (cinquenta por cento) de projetos culturais fomentados anualmente pela Fundação Gregório de Mattos (FGM) até 2025, com mínimo de 30% (trinta por cento) de aumento até 2023; 7) Ampliação, a partir de 2021, nos editais da FGM, em ao menos 50% (cinquenta por cento) dos contemplados entre proponentes, setores e territórios de menor histórico de participação nos últimos 4 (quatro) anos;

8) Linha de fomento às artes implementada em 2024, com editais regulares; 20) 12 (doze) ações de acessibilidade e acesso à leitura, promoção do livro e leitura e fomento às bibliotecas e espaços de leitura implementadas a partir de 2019. O quinto grupo, **Economia Criativa**, recebeu 10 contribuições, abrangendo as metas: 21) 11 (onze) ações anuais de formação e pesquisa dirigidas aos setores da economia criativa, com início em 2020 e mantidas regularmente e 22) 11 (onze) ações anuais de fomento e promoção das cadeias produtivas da economia criativa realizadas a partir de 2020. Em relação à última meta, a consultora destacou que no processo de construção e elaboração foi sugerida também uma ação relacionada à economia solidária. O sexto grupo era **Formação, Qualificação e Pesquisa**, que recebeu 35 contribuições, contemplando as seguintes metas: 25) 15 (quinze) atividades de formação, capacitação e qualificação profissional em arte e cultura realizados anualmente com início em 2022, no âmbito do Programa Municipal de Formação e Qualificação em Cultura; 26) 10 (dez) ações de formação e mediação de públicos constituídas de atividades artísticas e culturais integradas, realizadas anualmente com início em 2021 e 27) 1 (uma) pesquisa em cultura realizada e publicada a cada dois anos, com início em 2022. A consultora ressaltou que a meta 27 iria sofrer uma reformulação a partir das contribuições e da avaliação feita naquele dia e no dia anterior pela equipe do Plano porque se percebeu que já existem algumas pesquisas em andamento e que uma pesquisa é insuficiente. O sétimo grupo temático **Patrimônio Cultural** recebeu 5 contribuições que se referem às metas: 28) 50% (cinquenta por cento) dos bens materiais patrimonializados, sítios históricos e monumentos do município com ações de preservação e promoção até 2025 e 29) Aumento de pelo menos 20% (vinte por cento) dos recursos executados para a valorização, proteção e promoção do patrimônio cultural imaterial efetivado a partir de 2022. A consultora esclareceu a utilização da expressão “a partir” que significa que a meta deve iniciar naquele momento, mas poderá ser feita de forma continuada. Kátia Costa ressaltou que o oitavo grupo temático, **Festas e Festividades**, recebeu 42 contribuições e teve metas bastante discutidas que pressupõem uma interação com outras políticas municipais, inclusive de Turismo, que são: 23) Festas e festividades da programação oficial de eventos do Município, inclusive o Carnaval nos Bairros, compostas em pelo menos 30% (trinta por cento) por artistas e grupos locais cadastrados no SMILC, a partir de 2020 e 24) Estrutura de suporte e apoio aos trabalhadores da cultura assegurada em 100% (cem por cento) das festas e festividades da programação oficial de eventos do Município, a partir de 2020. A consultora ressaltou que metas como essas estão ancoradas em ações de formação, qualificação, especialização de profissionais e artistas, ou seja, dos trabalhadores da Cultura. O nono grupo temático **Comunicação e Participação** recebeu 59 contribuições e segundo a consultora esses temas foram muito debatidos na consulta pública, abrangendo as metas: 3) Pelo menos 20 (vinte) instâncias de participação, entre fóruns, comitês gestores, comissões, audiências e conferências, instituídas até 2024 e 4) Plano de comunicação para a cultura implementado, com ações ampliadas e fortalecidas, até 2025. Kátia Costa destacou que o debate foi bem amplo acerca dessas questões. Já em relação ao décimo grupo temático, **Direitos Culturais**, a consultora declarou que é um tema transversal e está contido não só nas metas, mas também nas ações e destacou que ações que promovem a inclusão das linhas de fomento e financiamento, as que promovem maior fruição, escoamento, circulação e acesso estão promovendo

acima de tudo a participação ativa do cidadão e do artista na vida cultural. Sugeriu aos Conselheiros olharem que o Plano de Cultura está alicerçado em 2 pilares, que são o diálogo e a participação e o fortalecimento da diversidade cultural e ressaltou que não dá para pensar em diversidade cultural se não forem garantidos os direitos culturais. Em seguida, Kátia Costa apresentou um panorama das características das contribuições, o que ela havia observado, e disse que foi inserida muita informação, sendo que ela tentou condensar em algumas que ela achou importante apresentar. Foram elas – Reconhecimento sobre a importância do PMC para o desenvolvimento cultural e municipal; - As Metas 1 e 2 consideradas estruturantes para o PMC; - Reiteram a pertinência das metas de Diversidade Cultural, mas expressam preocupação com a implementação das ações de proteção e promoção das culturas tradicionais, identitárias e populares, além de sugerirem atenção especial a questão de culturas LGBTQI+, infância, juventude; - Reforçam o caráter territorial e transversal do PMC, com complementações e novas sugestões para as ações; - Sugerem a diversificação dos canais de comunicação e divulgação a fim de promover maior visibilidade da programação cultural, incluindo a programação realizada nos bairros e territórios; - Demandam ampliação dos canais de diálogo entre Poder Público e Sociedade Civil, especialmente para a criação e fortalecimento das instâncias de participação; - De modo geral expressam preocupação com o processo de implementação do PMC, acompanhamento e monitoramento das metas, com vistas a orçamento e transparência dos processos; - Importância da implementação do Fundo Municipal de Cultura e na simplificação desse e outros instrumentos e mecanismos de fomento municipal; - Destaque para as contribuições das áreas da Fotografia, Arte de Rua, Livro, Leitura e Bibliotecas Comunitárias com contribuições de ações estratégicas de realização das mesmas; - Expressam a importância e necessidade de aprimorar as ações de educação patrimonial, tanto material quanto imaterial com ações de mediação artística e cultural; inclusão de mestres e saberes no ambiente escolar; - Reconhecem e sugerem novas propostas acerca de ações educativas para a cultura, valorizando as ações transversais entre os diferentes setores da administração pública e iniciativas e organizações da Sociedade Civil e empresas privadas; - Reforçam a importância das Metas de festas e festividades e sugerem novas incorporações às ações; - Sugerem maior qualificação de grupos, artistas e profissionais para integração nas festas e festividades; - Sugerem a realização e apoio de projetos de pesquisas e formação diversificados, considerando as expressões das culturas tradicionais, identitárias e populares e da economia da cultura e criativa e em especial para a capacitação acerca dos mecanismos de fomento municipais (editais) destinados a esses setores; - Revelam a importância sobre pesquisas entre cultura e diversas áreas: educação, turismo, religião, dentre outros; - Reforçam a importância de potencializar os setores da economia criativa, com respeito as suas especificidades; - Atenção ao aspecto territorial com vistas a comunidades e bairros mais distantes e com menor participação nas políticas públicas de cultura. Kátia Costa informou que terminaria o material na semana seguinte à reunião e a FGM o compartilharia com os Conselheiros. Sugeriu a todos uma boa leitura e se colocou à disposição. O Presidente salientou que a reunião seguinte seria para consolidar tudo o que foi feito no Plano para ser depois levado ao Prefeito. Comentou que era de extrema importância que quando o documento chegasse todos teriam que ler e entender porque não adiantava levantar a mão apenas para seguir os outros.

Disse que depois da consolidação viria uma outra etapa, que já seria uma outra construção. Destacou que foi feito um trabalho árduo e Kátia Costa e sua equipe estavam se dedicando bastante sobre isso, a Comissão de Articulação para a Elaboração do PMC também havia se dedicado naqueles últimos dois dias. Disse que esperava que cada Conselheiro fizesse seu papel, da Sociedade Civil e do Poder Público, para que pudessem consolidar o documento da melhor maneira possível. Kátia Costa explicou que o percurso era finalização do documento pela FGM, que vai para o Prefeito, o qual faz a avaliação, a leitura, se tiver considerações a fazer, ele vai fazer e nesse caso o documento volta para a FGM para que as considerações sejam analisadas e incorporadas e depois será encaminhado ao Poder Legislativo. Chegando lá, o Plano vai passar pela avaliação da Câmara dos Vereadores e se eles quiserem fazer qualquer tipo de audiência pública, poderão fazê-la e irão incorporar ou não as sugestões ao documento. Caso haja mais incorporações ao documento, ele volta ao Poder Executivo para ser sancionado pelo Prefeito. O Presidente destacou que era por isso que a participação de todos e o acompanhamento do processo porque ele sabia que havia vários dos colegas Conselheiros que conhecem os Vereadores e dialogam com eles em seus territórios, conhecem os líderes que trabalham nos territórios desses Vereadores, a fim de o Conselho levar o pleito da necessidade de o documento ser aprovado e reforçou que Salvador precisa de um Plano desse. Ressaltou que os Conselheiros acompanham durante os dois anos em que estão atuando diversas demandas que chegam às plenárias e considerou que de repente algumas das soluções estarão no documento. Reforçou que era importante que todos lessem o documento e disse que não considerava um dever de casa, mas para ele era um prazer ver o documento todo pronto, poder ver que valeu a pena e seguir em frente. Pediu que quando o documento chegasse, que não deixassem para fazer uma leitura rápida em cima da hora porque não é bom, mas deveriam fazer uma leitura lenta pontuando, analisando, trazendo discussões para dentro do grupo, dúvidas que os Conselheiros pudessem ter, que poderiam ser esclarecidas junto à FGM ou à consultora Kátia Costa e pediu que os Conselheiros aproveitassem o período para sanar todas as dúvidas. O Presidente observou que a reunião conseguiu o quórum de dezesseis pessoas. Em seguida, Viviane Ramos informou que o programa de financiamento à Cultura Viva Cultura, diferente dos outros editais, conta com a participação dos Conselheiros na comissão de seleção. Explicou que os Conselheiros avaliam os projetos, pontuam, dão notas, avaliam os pareceres dos pareceristas. Destacou que a Conselheira Suplente representante da SECULT, Eliana Pedroso, era a representante da SECULT também na Comissão de Avaliação de Projetos Culturais (CAPC), com mandato que venceria no mês de junho. A Assessora da FGM informou que a CAPC é formada por um representante da SECULT, um representante da FGM, um representante da Sociedade Civil, um representante de uma organização/empresa, um representante da Secretaria Municipal da Fazenda (SEFAZ) e um representante do CMPC. Afirmou que estava ali naquele dia para eles decidirem e votarem em novos representantes do Conselho, sendo um titular e um suplente, e apresentou as competências segundo o regimento e a legislação do Viva Cultura, conforme dispõe o Art.3º do documento: I - aprovar e publicar o edital de chamamento público, a ser elaborado pela FGM, para a inscrição de projetos; II - avaliar e analisar projetos culturais habilitados; III - definir o parecerista credenciado responsável que efetuará a análise técnica-conceitual e orçamentária dos projetos

culturais; IV - indicar o parecerista, que fará a análise técnica-conceitual e orçamentária dos projetos culturais, apresentados, após habilitados pela Secretaria Executiva; V - avaliar e aprovar os projetos e respectivos pareceres técnicos emitidos pelos parecerista; VI - aprovar, em reunião, os projetos inscritos devidamente habilitados pela Secretaria Executiva; VII - analisar o parecer técnico-conceitual e orçamentário elaborado pelo parecerista e encaminhado via Secretaria Executiva; VIII - elaborar, emitir e encaminhar à FGM, Relatório de Avaliação, constando dados, resumo, análise técnico-conceitual orçamentário e decisão dos Projetos Culturais; IX - encaminhar à FGM formulários dos projetos culturais beneficiados no âmbito do Programa de Incentivo à Cultura - Viva Cultura, constatando os agentes culturais proponentes e seus respectivos valores dos projetos e dos incentivos concedidos, para emissão do Certificado de Incentivo ao Desenvolvimento Cultural - CIDEDEC, em nome do contribuinte incentivador identificado junto à SEFAZ; X - elaborar, emitir e encaminhar à FGM, anualmente, relação dos projetos culturais contemplados com incentivo fiscal, no ano de cada exercício, para publicação no DOM; XI - aprovar o seu regimento e decidir alterações propostas pelos membros da CAPC. A Assessora da FGM ressaltou a importância de os Conselheiros entenderem a diferenciação porque nos outros editais o membro do Conselho fiscaliza o processo seletivo, já no Viva Cultura ele é membro participante que compõe a Comissão de Avaliação de Projetos. Explicou que o primeiro mandato teve duração de dois anos e vai terminar no mês de junho e era preciso definir os novos membros. Destacou que poderiam ser os mesmos membros ou poderiam ser outros e informou que atualmente os representantes eram os Conselheiros Elias Pereira titular e Leonardo França suplente. Eliana Pedroso declarou que ficou muito impressionada como membro da comissão porque a ausência era um fato constante nos dois anos que participou. Ressaltou que se tratava de uma lei de incentivo que foi implantada a duras penas, na luta de todos os que militam na área da Cultura e quando veio uma lei que beneficiaria a seleção de projetos, produtores, artistas, etc, a comissão que iria selecionar não compareceu. Afirmou que podia falar porque foi a todas as reuniões e não fez nenhum favor, mas era a sua obrigação a partir do momento que aceitou participar. Considerou que não era penoso e que era necessário ler e entender do assunto. Disse que estava falando tudo aquilo porque nunca viu a pessoa que representava o CMPC. Destacou que era importante que a pessoa que representasse o CMPC no Viva Cultura fosse a pessoa certa para o lugar certo com responsabilidade como todos os outros. Informou que compareciam duas, no máximo três pessoas em todas as avaliações. Viviane Ramos esclareceu que o representante do CMPC deveria ser Conselheiro Titular e as reuniões acontecem uma vez por mês quando há projeto habilitado. Lembrou que o programa ainda estava no começo, com baixo número de inscrições e procura porque o projeto apresentado já precisava estar com a carta de intenção de patrocínio, portanto não era uma atribuição pesada para os Conselheiros. O Presidente pediu que os Conselheiros que tivessem interesse em participar levantassem a mão. Viviane Ramos ressaltou que o mandato da comissão dura dois anos, mas como o mandato atual do CMPC iria durar até dezembro, entrarão novos Conselheiros na comissão depois da formação da nova composição do CMPC. Explicou que se os membros deixarem de ser servidores de algum dos órgãos ou de ser Conselheiros, automaticamente perdem a função na comissão. Disponibilizaram-se a participar da comissão as Conselheiras Isabela Silveira e Eliaide Cardoso. Isa-

bela Silveira disse que tinha uma vivência em comissões, sobretudo sobre leis na área de fomento direto, como fundos de Cultura, já foi parecerista do Poder Público Federal no Ministério da Cultura, e afirmou que era uma possibilidade de acrescentar. Declarou que estava comprometida na dimensão de participar e entender um pouco a legislação, saber porque ela está empacada, não tem tanta força de visibilidade e colaborar. Eliaide Cardoso disse que é liderança local do território do Cabula, é formada em Magistério, está concluindo Pedagogia, é cantora de chorinho, samba e MPB e participou do acompanhamento do edital Fábricas de Musicais, com a realização de um evento que teve um sucesso imenso, e declarou que nunca participou como parecerista de nenhum edital. O presidente submeteu o nome das Conselheiras para votação do pleno, que decidiu Isabela Silveira como representante titular e Eliaide Cardoso como representante suplente. Em seguida, o Presidente mencionou que há dois anos a FGM faz o Concurso de Fachadas Dois de Julho no bairro da Lapinha e Viviane Ramos explicou como se dá a atuação do Conselheiro na comissão de seleção das três fachadas ganhadoras do concurso. Informou que no dia do desfile a comissão julgadora visualiza as fachadas, faz registro fotográfico com apoio de um funcionário da FGM e analisa a fachada melhor decorada, mais bonita, que tenha a ver com a temática e que cumpre os critérios do regulamento. Afirmou que o regulamento do concurso trata sobre os critérios, como a consonância com o tema, o trecho compreendido entre a Lapinha e o Terreiro de Jesus, que é percorrido no período da manhã, bem como a composição da comissão julgadora, formada por um representante da FGM, um representante do Conselho Municipal de Política Cultural, um representante do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural, um representante da Escola de Belas Artes da Universidade Federal da Bahia e um representante da Escola de Arquitetura da Universidade Federal da Bahia. Afirmou que o trabalho é realizado basicamente do dia do desfile, no dia 2 de julho, quando o Conselheiro deverá circular junto com os outros membros da comissão e após o desfile é realizada uma reunião provavelmente na mesma semana ou na semana seguinte que deverá ser marcada a depender das agendas dos membros da comissão para definir quais serão as fachadas premiadas. Informou que serão oferecidos três prêmios, sendo o primeiro no valor de dois mil reais, o segundo no valor de mil e quinhentos reais, o terceiro no valor de mil reais, sendo que neste ano houve um pequeno aumento no valor dos prêmios. Resumiu que as atividades dos Conselheiros seriam participar do desfile e fazer uma reunião para que se chegasse a uma definição final. O Presidente perguntou quem gostaria de fazer parte da comissão julgadora do Concurso de Fachadas Dois de Julho. Disponibilizou-se José Carlos Novaes, que disse que desde que viu a proposta em casa no texto da convocação da reunião achou a premiação interessante, achou melhor colocar o Conselheiro representante das Artes Visuais, mas disse que era algo que tinha muito interesse porque ele admira muito a movimentação. Afirmou que se não tivesse outra pessoa entre os Conselheiros que quisesse participar e estivesse mais dentro da questão específica da área, colocava-se à disposição para participar. O Presidente submeteu o nome de José Carlos Novaes à votação do pleno, que foi aprovado. Ninguém mostrou interesse em assumir a vaga de suplência. O Presidente alertou a José Carlos Novaes que não tinha suplente nessa comissão, portanto ele não poderia faltar ao trabalho. José Carlos Novaes respondeu que não poderia faltar também porque ele fazia parte da Comissão de Ética. Depois, Isabela Silveira registrou a pre-

sença de 3 alunas do Bacharelado Interdisciplinar de Artes da UFBA do Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Professor Milton Santos (IHAC), do qual ela era docente temporária do componente Políticas Culturais, que tratou de políticas de participação, estudaram os planos de Cultura estadual, municipal e sobretudo nacional, sendo que os alunos fizeram contribuições ao plano municipal e naquele dia tinham uma etapa para a consolidação, portanto as alunas estavam acompanhando e fazendo uma visita a espaços de ações políticas e culturais, pensando no trabalho final da disciplina. Em seguida, a Secretária lembrou que foi apresentado na reunião anterior um quadro com as presenças e faltas dos Conselheiros e Conselheiras desde a posse. Ressaltou que o Regimento Interno foi publicado em setembro de 2018, sendo que a contabilidade das faltas considerou isso e naquele dia enviaria uma advertência para algumas pessoas que já haviam cumprido a quantidade de faltas regimentalmente previstas para o desligamento do Conselho. Afirmou que são Conselheiros Titulares que não compareceram a três reuniões consecutivas ou a cinco reuniões dentro do período de até um ano sempre contados a partir da data de publicação do regimento e esclareceu que faltas antes da publicação do regimento não seriam contabilizadas. Reforçou que tinha um controle que foi apresentado na reunião anterior e disse que não seria necessário listar novamente, ratificou que enviaria uma advertência oficialmente e quem fosse advertido teria quinze dias, conforme previsto em regimento, para apresentar uma justificativa ou um retorno acerca disso para ser decidido junto à Comissão de Ética sobre o desligamento dos Conselheiros ou não. Explicou que no final das contas a Comissão de Ética faz um parecer e o pleno delibera. Informou que os faltosos seriam notificados por e-mail (secretaria.cmpc@salvador.ba.gov.br) e lembrou que o quadro havia sido apresentado no encontro passado e algumas pessoas disseram que haviam comparecido em dias em que faltas foram computadas ou haviam informado oficialmente que não compareceriam e convocado o suplente, o que não se registraria como ausência do titular porque o suplente presente na reunião em substituição ao titular é a função dele quando informado oficialmente. O Presidente reforçou que o Conselheiro Titular tinha a obrigação de solicitar ao suplente que compareça à reunião e ao mesmo tempo informar o CMPC através de e-mail informando a ausência e justificando. Disse que não adiantava mandar mensagem ao grupo do Whatsapp porque são muitas mensagens e não é possível registrar que em um determinado dia o titular avisou. Isabela Silveira destacou que o e-mail oficial era aquele por meio do qual os Conselheiros recebiam a convocação, portanto deveriam responder a ele e só são registradas as informações prévias e justificadas de ausência e convocação de suplentes através desse e-mail, senão não tem como considerar, fica extraoficial. Eliaide Cardoso disse que na reunião anterior estava constando que ela só tinha duas faltas, mas ela só tinha uma. Isabela Silveira disse que estava registrado que ela convocou a suplente. O Presidente reforçou a importância do diálogo e a comunicação que deveria chegar por e-mail e não por Whatsapp e deixava claro que esta ferramenta era utilizada para mensagens rápidas e comunicações de âmbito geral, sendo que a notificação de falta e a convocação se dá por e-mail, conforme consta no Regimento Interno e isso já havia sido discutido bastante pelo pleno. Depois, Viviane Ramos lembrou que na reunião anterior foi feita a proposta de começar o ciclo de formação com os Conselheiros por meio de palestras. Disse que não conseguiram para aquele mês e o palestrante viria no mês de julho. Informou que iria enviar o calendário

do segundo semestre, mas adiantou que a reunião de julho seria no dia 30 e o convidado iria nesse dia. Salientou a importância da presença de todos os que estavam na reunião e demais Conselheiros porque ele iria para tratar exatamente sobre Conselhos de Cultura. Disse que o convidado viria de Belo Horizonte e a FGM faria a contratação e já estava reunindo a documentação dele e destacou que ele iria especialmente para conversar com o CMPC sobre conselhos de Cultura, participação social, ouvir demandas dos Conselheiros, poder esclarecer algumas coisas que de repente a FGM ainda não tenha conseguido contemplar. Ratificou que era importante que no dia 30 de julho todos estejam presentes para participar dessa primeira palestra que vai fazer parte de um ciclo que a FGM estava querendo implementar no CMPC. O Presidente retomou o assunto sobre a Comissão Eleitoral, disse que aguardaria o parecer jurídico sobre ela e reforçou o pedido de celeridade que seria oficializado por e-mail porque o Regimento Eleitoral deveria estar aprovado até setembro. Defendeu que a comissão deveria continuar se reunindo, poderia esperar um pouco mais, mas teriam que seguir porque tinham um prazo. Destacou que na reunião de junho o PMC deveria ser aprovado pelo Conselho e no mês de julho seria feita a formação. Pediu aos Conselheiros que ficassem atentos porque o Plano iria chegar no e-mail deles. Solicitou aos que perderam a senha do e-mail ou fez um novo e-mail que se comunicassem no grupo do Whatsapp para que o novo e-mail fosse registrado. Eliana Pedroso perguntou se o Conselho tinha um calendário preestabelecido de reuniões para o ano. O Presidente respondeu que tinha o calendário por semestre. Viviane Ramos informou que a reunião do mês de junho seria no dia 18 porque na última terça-feira será São João. Informou que as reuniões ordinárias acontecem nas últimas terças-feiras, exceto em alguns momentos, como fevereiro e junho e se comprometeu a enviar o calendário do segundo semestre no início do mês de junho. Ivam Almeida informou que no dia 1 de junho aconteceria na área externa do Espaço Cultural da Barroquinha o evento chamado “Salvador Cidade Reggae”, comemorativo ao Dia Municipal do Reggae, que era uma parceria entre a Sociedade Civil, através de três coletivos, que são o Fórum Reggae Brasil, Aspiral do Reggae e LP Produções, junto com a Prefeitura, através da FGM e da SALTUR. Convidou a todos e informou que o evento seria realizado a partir das 17h. Esclareceu que evento aconteceria no dia 11 de maio, que é o Dia Municipal e Nacional do Reggae, mas foi adiado devido às chuvas e aconteceria no dia 1 de junho. Convidou a todos e disse que o evento era livre. Sem mais da pauta a ser discutida, lavrou-se a presente Ata, que será assinada por mim e pelos demais membros presentes do Conselho Municipal de Política Cultural de Salvador, com mandato entre dezembro de 2017 e dezembro de 2019.

Salvador, 18 de junho de 2019.

1. _____

2. _____

3. _____
4. _____
5. _____
6. _____
7. _____
8. _____
9. _____
10. _____
11. _____
12. _____
13. _____
14. _____
15. _____
16. _____
17. _____
18. _____
19. _____
20. _____
21. _____
22. _____

23. _____

24. _____

25. _____

26. _____

27. _____

28. _____

29. _____

30. _____

31. _____

32. _____

33. _____

34. _____

35. _____

36. _____

37. _____

38. _____

39. _____